



Discurso em defesa da recomposição da força de trabalho do Ibict mediante a nomeação integral dos aprovados no cadastro de reserva.

Proferido por Ingrid Engel, representante da Comissão dos Aprovados no Concurso do Ibict 2024, em audiência pública realizada no dia 7 de outubro de 2025, às 16h30, no âmbito da Comissão de Administração e Serviços Públicos (CASP)

Boa tarde. Em primeiro lugar, eu agradeço a presença de todas e todos aqui reunidos — em especial do Deputado Reginaldo Veras, pelo apoio e pelo requerimento desta audiência; da Deputada Erika Kokay, que tem nos apoiado também desde o início; do representante do MCTI, Lélvio Sene; do diretor do Ibict, Tiago Braga; e das presidentas da Associação dos Servidores do MCTI, Ana Paula Volpe, e do Sindicato dos Bibliotecários, Arquivistas, Museólogos e demais profissionais da Ciência da Informação, Vera Stefanov.

Como já apresentada, o meu nome é Ingrid Engel, sou museóloga, mestre em Comunicação e doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Fui aprovada no último concurso do Ibict para o cargo de Tecnologista – Perfil Museu.

Para fins de acessibilidade, faço minha autodescrição: sou uma mulher parda, de olhos claros, cabelos castanho-escuros; estou vestindo uma calça preta e uma camiseta branca com a logo da nossa comissão, composta por um mapa do Brasil e a logomarca do Ibict sobreposta.

Hoje falo em nome de um coletivo — a Comissão dos Aprovados no Concurso do Ibict — formada por arquivistas, bibliotecários, museólogos e demais profissionais da Ciência da Informação que, após anos de estudo e aperfeiçoamento, com mestrado, doutorado e dedicação integral à profissão, foram aprovados em um processo seletivo rigoroso e, ainda assim, aguardam a oportunidade de colocar seus conhecimentos a serviço do Estado brasileiro.

Mas o que está em questão aqui vai muito além da situação de um grupo de aprovados. O que nos traz hoje a esta Casa é a urgência de recompor a força de trabalho de uma instituição que é pilar da soberania científica e informacional do Brasil: o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – o Ibict.

O Ibict, unidade de pesquisa vinculada ao MCTI, nasceu há mais de sete décadas com uma missão nobre: garantir que a informação científica e tecnológica produzida no Brasil seja organizada, preservada e compartilhada como um bem público. Desde então, o Instituto tem se dedicado ao desenvolvimento de políticas e soluções que fortalecem a ciência aberta, a gestão da informação e o acesso democrático ao conhecimento, contribuindo diretamente para o avanço da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento sustentável do país.

Ao longo de sua trajetória, o Ibict consolidou-se como referência nacional em temas fundamentais para sociedade contemporânea, como repositórios digitais, interoperabilidade de dados, preservação digital e formação de redes de informação científica e tecnológica. Os serviços oferecidos pelo Instituto são de amplo alcance, beneficiando universidades, centros de pesquisa, órgãos governamentais, arquivos, bibliotecas, museus, instituições que formam a base da produção e da preservação do conhecimento no Brasil.

Trata-se, portanto, de um órgão essencial à infraestrutura de conhecimento do Estado brasileiro, que atua para tornar visível, acessível e permanente a produção científica e cultural da nação.

Entretanto, essa instituição histórica e estratégica enfrenta, há 15 anos, um processo contínuo de esvaziamento de seu quadro de servidores. Sem concursos regulares nesse período, o Instituto passou a depender de vínculos temporários, de modo que aquilo que deveria funcionar como suporte ou complemento a atuação dos tecnologistas e pesquisadores acabou se tornando sua principal força de trabalho.

Atualmente, o Ibict depende de mais de 350 bolsistas e 40 terceirizados, que, diante da insuficiência de servidores de carreira, acabam assumindo tarefas e responsabilidades que deveriam estar sob a condução de quadros permanentes. Em contrapartida, são apenas 42 tecnologistas e 10 pesquisadores efetivos em exercício, incluindo aqueles já nomeados no último concurso.

Tamanha disparidade revela um problema estrutural, que coloca em risco o princípio da continuidade do serviço público, princípio este indispensável para garantir a qualidade e a credibilidade das políticas de informação científica e tecnológica no país.

Esse cenário não é apenas uma questão administrativa. É uma questão de Estado. Porque quando o Estado substitui servidores públicos por vínculos precários, ele fragiliza sua capacidade de planejar o futuro. Ele perde memória, perde continuidade, e com isso, enfraquece a própria política pública que pretende sustentar.

A realização do concurso de 2024 foi, portanto, uma oportunidade de reverter esse quadro — um passo importante, esperado há anos. Foram aprovados 110 tecnologistas e 12 pesquisadores, profissionais qualificados, de diferentes áreas, que representam a pluralidade da Ciência da Informação brasileira. No entanto, desse total de aprovados, foram nomeados até o momento 27 tecnologistas e 4 pesquisadores, número insuficiente diante da dimensão do déficit de pessoal e da amplitude das atribuições do Ibict.

A autorização para a nomeação adicional de 25% das vagas imediatas, publicada na última sexta-feira — que representa a entrada de apenas sete tecnologistas e um pesquisador —, é um gesto importante, mas ainda está muito distante de atender às necessidades institucionais. O Ibict não

precisa de uma solução emergencial — precisa de uma decisão estrutural, de um compromisso efetivo que restabeleça sua plena capacidade de atuação.

E é por isso que estamos aqui hoje. Porque entendemos que essa decisão não diz respeito a um grupo, mas ao projeto de país que desejamos construir. Um país que reconhece na ciência e na informação instrumentos de soberania. Que entende que conhecimento não é gasto — é investimento. Que sabe que o futuro não se improvisa: ele se planeja, se estrutura, se constrói com base em políticas duradouras e servidores comprometidos.

Nesse sentido, o concurso realizado em 2024 continua representando uma oportunidade valiosa de reestruturação do Ibict — uma oportunidade que não pode ser desperdiçada, considerando o número estratégico de aprovados que ainda aguardam pela convocação no cadastro de reserva. Para o cargo de Tecnologista, são 7 arquivistas, 26 bibliotecários, 24 cientistas da informação, 4 museólogos e 22 técnicos da informação prontos para assumir suas funções. Já no cargo de Pesquisador, 6 profissionais aprovados aguardam igualmente pela convocação.

O Observatório de Pessoal do MGI registrou, em agosto deste ano, 396 cargos vagos de Tecnologista e 285 de Pesquisador no âmbito do MCTI. Isso significa que há vagas disponíveis, há orçamento possível e há profissionais já aprovados em concurso, preparados para contribuir com o desenvolvimento do país. O que falta, portanto, é apenas a decisão política de autorizar a nomeação integral do cadastro de reserva, de modo a promover, de forma efetiva, a recomposição do quadro técnico-científico do Ibict.

Além disso, a nomeação integral dos aprovados está em plena sintonia com o projeto deste governo, que tem reafirmado o compromisso com a ciência, com o fortalecimento do serviço público e com a valorização do trabalho qualificado. Incorporar esses profissionais ao quadro do Ibict não é uma concessão — é uma medida necessária, legítima e urgente para garantir que o Brasil continue produzindo, preservando e compartilhando conhecimento com autonomia.

Encerrando a minha fala, digo com convicção que este momento é histórico.

Não somente pela urgência da recomposição do Ibict, mas porque ele representa um passo decisivo na história do reconhecimento dos profissionais da Ciência da Informação no serviço público brasileiro: arquivistas, bibliotecários, museólogos e tantos outros que guardam, organizam e tornam acessível o conhecimento que pertence a todos nós. Profissionais cuja atuação, embora indispensável à Administração Pública, seguem sendo subvalorizados, preteridos e pouco contemplados nos concursos públicos, em que a oferta de vagas está muito aquém da importância de suas funções para o desenvolvimento do país.

Assim, ao discutirmos hoje o futuro do Ibict, discutimos também o futuro do próprio Estado brasileiro, a sua capacidade de agir no presente e de planejar o amanhã com autonomia, continuidade e consciência, valorizando os profissionais que tornam tudo isso possível.

E o futuro, senhoras e senhores, não se sustenta em improvisos, mas em bases sólidas de conhecimento, memória e soberania.

Muito obrigada.

